

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Direito de Propriedade no Brasil.....	9
1.1 Meio ambiente e Direito Ambiental	10
1.1.1 Conceito de meio ambiente	10
1.1.2 Conceito de Direito Ambiental.....	13
1.1.3 Características.....	14
1.1.4 Dignidade humana, dimensão ecológica e mínimo existencial ecológico	19
1.1.5 Direito fundamental ao meio ambiente.....	21
1.1.6 Princípios de Direito Ambiental.....	27
1.1.7 Princípio da Sustentabilidade.....	33
1.2 Marco jurídico das áreas protegidas no Brasil: sistema nacional de unidades de conservação.....	37
1.2.1 Espaços territoriais especialmente protegidos.....	37
1.2.2 Unidades de Conservação. Conceito	42
1.2.2.1 Parques Nacionais.....	44
1.2.3 Criação	45
1.2.4 Alteração ou supressão	47
1.2.5 Medida cautelar	49
1.2.6 Plano de Manejo	49
1.2.7 Atividades legalmente proibidas	51
1.2.8 Regras de transição	51
1.2.9 Zonas de amortecimento e Corredores Ecológicos	55
1.2.10 Mosaicos de unidades de conservação	56
1.2.11 Terras devolutas	56

1.2.12 Gestão das unidades de conservação.....	57
1.2.12.1 Gestão pública	57
1.2.12.2 Gestão compartilhada mediante parceria com OSCIPs.....	57
1.2.13 Fontes de recursos e critérios de aplicação.....	58
1.3 Direito de propriedade e função socioambiental.....	59
1.3.1 Direito de propriedade em geral.....	59
1.3.2 Noção de função e função social da propriedade	64
1.3.3 A função socioambiental da propriedade	68
1.4 A lei do SNUC e o direito de propriedade	79
1.4.1 Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	91
1.4.2 Nota sobre a postura do STF.....	99
Capítulo 2 – Sistema de Espaços Naturais Protegidos e Direito de Propriedade no Ordenamento Jurídico Espanhol	101
2.1 Evolução histórica e conceitual	101
2.1.1 Evolução histórica.....	104
2.1.1.1 Primeira etapa (1872–1975) – O espírito de Yellowstone	104
2.1.1.2 Segunda etapa (1975–1992) – O espírito de Estocolmo	107
2.1.1.3 Terceira etapa (a partir de 1992) – O espírito do Rio de Janeiro	109
2.2 ENPS e o desenvolvimento rural	112
2.3 Regime jurídico do sistema de espaços naturais protegidos na Espanha e na União Europeia	114
2.4 Direito ao meio ambiente.....	117
2.5 A proteção do meio ambiente na União Europeia	120
2.6 O planejamento como técnica preventiva de proteção ambiental	123
2.7 O planejamento ecológico. Os espaços naturais protegidos e seus planos de ordenação e gestão	124
2.7.1 Categorias da legislação nacional espanhola.....	126

2.7.2 Plano de Ordenação dos Recursos Naturais – PORN	129
2.7.3 Plano Reitor de Uso e Gestão – PRUG	135
2.7.4 Compensação na Avaliação de Impacto Ambiental	137
2.7.5 Os espaços protegidos da Rede Ecológica Europeia Natura 2000.....	141
2.7.6 Áreas protegidas por instrumentos internacionais.....	143
2.8 Direito de propriedade e função social.....	147
2.9 Espaços naturais protegidos, limitações sobre a propriedade privada, expropriação forçada e o regime de indenizações	154
2.9.1 O estado da arte na doutrina.....	155
2.9.2 Análise da jurisprudência do Tribunal Supremo.....	166
2.9.3 Síntese.....	180
Capítulo 3 – Desafios e Instrumentos para Efetiva Implementação das Áreas Protegidas	183
3.1 Compromissos internacionais	184
3.1.1. Convenção sobre a Diversidade Biológica	184
3.2 Análise comparativa das áreas protegidas no Brasil e na Espanha....	186
3.2.1 Aspectos destacados dos marcos jurídicos	186
3.2.2 Déficit de implementação.....	194
3.3 Parques de papel no Brasil	200
3.3.1 Regularização fundiária	204
3.3.2 A sustentabilidade financeira dos parques.....	210
3.3.3 Instrumentos de comando e controle x instrumentos econômicos...	211
3.4 Serviços ecossistêmicos e sua importância econômica.....	216
3.4.1 Serviços ecossistêmicos.....	216
3.4.2 A importância econômica dos serviços ecossistêmicos prestados pelas UCs.....	225
3.4.2.1 Quanto vale o verde?	225
3.4.2.2 Turismo e uso público	229

3.4.2.3 Recursos hídricos e solos	233
3.4.2.4 Erosão e perda do solo.....	236
3.4.2.5 Estoque de Carbono florestal – Redução de Gases de Efeito Estufa.....	237
3.5 Instrumentos econômicos para implementação dos parques.....	242
3.5.1 Concessão de serviços à iniciativa privada	242
3.5.2 Compensação ambiental	243
3.5.3 Compensação de Reserva Legal	248
3.5.4 Cota de Reserva Ambiental (CRA)	249
3.5.5 Compensação da Lei de Proteção do Bioma Mata Atlântica	250
3.5.6 Pagamento por Serviços Ambientais	251
3.5.7 ICMS ecológico	252
3.5.8 Cobrança pelos recursos hídricos	253
3.5.9 Fomento à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).....	254
Considerações Finais	265
Referências Bibliográficas	275
Anexos	301